



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 067/2019
PROCESSO N.º 28123/2018

LICITAÇÃO COM COTA RESERVA DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA LICITANTES ENQUADRADAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/14 E 155/16.

O **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade de São Carlos - SP, à Rua Episcopal, nº 1.575, Centro, inscrita no CNPJ sob nº 45.358.249/0001-01, torna público para conhecimento de todos os interessados que no dia e hora abaixo indicados, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços – SRP** – que será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal n.º151, de 14/07/2004, pelo Decreto Municipal n.º 065, de 14/03/07 e suas alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, que regulamente o Pregão Eletrônico, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e 155/2016 além das demais disposições legais aplicáveis com o objetivo de **registro de preços para eventual aquisição de pneus, protetores e câmaras para de acordo com a necessidade dos veículos da frota da Prefeitura Municipal de São Carlos, por um período de 12 (doze) meses**, conforme demais especificações que se encontram descritas no presente Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de comunicação pela INTERNET. O sistema referido utiliza recursos de criptografia e de autenticação que asseguram condições adequadas de segurança em toda etapa do certame.

A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial no site do Banco do Brasil S.A., www.bb.com.br, opção Licitações, ou diretamente em www.licitacoes-e.com.br.

LIMITE DE RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min. do dia 04/10/2019.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h30min. do dia 04/10/2019.

TEMPO DE DISPUTA: A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro tendo como tempo mínimo de 15 (quinze) minutos, acrescidos do tempo aleatório (*randômico*), determinado pelo sistema.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: observando o prazo legal, o fornecedor poderá formular consultas por mensagem eletrônica (e-mail), conforme abaixo, informando o número da licitação:

e-mail: licitacao@saocarlos.sp.gov.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília - DF.

DOS ANEXOS:

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO II – MINUTAS DOS ANEXOS DO TCE;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;

ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO V – DOS LOTES E ORÇAMENTO BÁSICO;

ANEXO VI – MINUTAS DE ORDEM DE FORNECIMENTO;

ANEXO VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

1. DO OBJETO



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

1.1. O objeto deste Pregão Eletrônico é **registro de preços para eventual aquisição de pneus, protetores e câmaras para de acordo com a necessidade dos veículos da frota da Prefeitura Municipal de São Carlos, por um período de 12 (doze) meses**, conforme especificações deste instrumento convocatório e seus anexos.

2. DO PROCEDIMENTO

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, com apoio técnico e operacional do Departamento de Tecnologia da Informação da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS.

2.2. O certame será realizado através da utilização do aplicativo “Licitações”, do Portal Eletrônico do Banco do Brasil S.A., conforme convênio de cooperação técnica celebrado entre o B.B. e o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, entidade responsável pelo provimento de solução eletrônica para os órgãos integrantes da Administração Pública do Município de São Carlos.

2.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Departamento de Procedimentos Licitatórios - Seção de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda, denominado “Pregoeiro”, com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as exigências constantes neste Edital e seus anexos.

3.2. Estarão impedidos de participar da presente licitação:

3.2.1. Os interessados suspensos do direito de licitar com a Administração Municipal de São Carlos ou na esfera Estadual ou Federal no âmbito nacional, cujo conceito abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída ou mantida, no prazo e nas condições do impedimento;

3.2.2. Os interessados que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as fundações por ela instituída e mantida, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja reabilitado perante a autoridade que aplicou a penalidade;

3.2.3. Os interessados que estiverem em regime de falência, dissolução, liquidação ou concurso de credores;

3.2.4. Empresas em forma de consórcio;

3.2.5. Cooperativas, conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho nos autos do Inquérito Civil nº 000004.200 1.15.003/6-50;

3.2.6. Aquele que for servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO

4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida junto às Agências do Banco do Brasil S.A. sediadas no País.

4.2. Os interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.

4.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

- 4.4. A chave de identificação e a senha poderão ter validade de até 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.
- 4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A., ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 4.7. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 4.8. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 5.1. Na data e horário determinados no preâmbulo deste edital, as propostas serão recebidas e abertas. A sessão pública do pregão eletrônico será realizada conforme data e horário determinado igualmente no preâmbulo, momento em que ocorre a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar sua aceitabilidade.
- 5.2. O licitante deverá apresentar sua proposta e a **marca dos produtos, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**, no site “www.licitacoes-e.com.br” considerando o MENOR PREÇO POR LOTE.
- 5.2.1. No site www.licitacoes-e.com.br apresentar a marca dos itens de cada um dos lotes da seguinte forma: 1-XXXXXX;2-XXXXXX;3-XXXXXX,4-XXXXXX.
- 5.2.2. **Serão desclassificadas** propostas que apresentem dados ou informações que permitam a identificação do licitante na disputa eletrônica, mesmo que estas constem de qualquer anexo por ele inserido no sistema.
- 5.2.3. **Serão desclassificadas** as propostas cuja descrição e/ou outras informações divergirem do solicitado para o item / lote.
- 5.2.4. **Serão desclassificadas** as propostas que contenham valor maior que o máximo estimado para o lote.
- 5.3. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor através do sistema.
- 5.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.5. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 5.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 5.6.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (no campo “mensagens”, próprio do site [licitacoes-e](http://licitacoes-e.com.br)) ou outro meio eletrônico, divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 5.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, respeitado o tempo mínimo de 15 (quinze) minutos, após o que transcorrerá



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.8. Facultativamente, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contra-proposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

5.9. O sistema informará a proposta de MENOR PREÇO POR LOTE imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

5.10. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de MENOR PREÇO POR LOTE e valor estimado para a contratação. **5.11.** Encerrada a fase de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos do artigo 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.

5.12. Para os fins do item 5.11, entende-se por empate aquelas situações em que os lances ofertados pela ME e EPP seja iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor lance classificado.

5.13. Não se aplicará a regra da preferência prevista pelo item 5.11, quando a melhor oferta inicial tiver sido apresentada por ME e EPP ou quando se tratar de lote correspondente à Cota Reservada correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades totais do objeto, destinado à participação exclusiva das Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI.

5.14. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço. No envio da proposta readequada, juntamente com a documentação de habilitação, deverá constar desta, os menores preços ofertados, inclusive os da cota reservada, se for o caso, sendo as condições idênticas para ambas as cotas, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO.

5.15. Os lotes da cota reservada que forem declarados desertos ou fracassados serão integrados aos lotes originais e oferecidos aos respectivos licitantes vencedores, nas mesmas condições ofertadas por estes na segunda fase do Pregão.

5.15.1. Diante de sua recusa, esta será oferecida aos licitantes remanescentes de acordo com a ordem de classificação, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

5.16. Ocorrendo o empate de que trata o subitem 5.12, sem que se configure a situação descrita no subitem 5.13, a ME ou EPP com melhor colocação no certame será convocada para ofertar lance inferior àquele que inicialmente era o melhor classificado, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos a contar do encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

5.17. Se a ME ou EPP com melhor colocação no certame não ofertar lance inferior àquele que inicialmente era o melhor classificado, as ME e EPP remanescentes, que porventura estejam dentro da faixa de empate prevista pelo subitem 5.12, serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito de preferência.

6. DA PROPOSTA ENVIADA À COMISSÃO

6.1. A proposta, encaminhada juntamente com a documentação de habilitação, deverá obedecer aos seguintes critérios:

6.1.1. Deverá ser elaborada em papel timbrado da proponente, redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada, rubricada e assinada por seu representante legal, preferencialmente apresentada em páginas numeradas sequencialmente, em uma via original, contendo os seguintes elementos:

a) Número do processo e do pregão.

b) Razão social, endereço, CNPJ, inscrição estadual e nome do banco, o número da agência e da conta corrente em nome da licitante, onde será efetuado o pagamento.

c) Nome e qualificação da pessoa com poderes para firmar contrato com a Prefeitura.

d) Preços cotados em moeda corrente nacional, com 2 (duas) casas decimais, devendo constar valor unitário e total, e ainda o valor global da proposta, em algarismo e por extenso.

• excepcionalmente, nos casos em que o valor unitário for inferior a um real, poderão ser aceitas propostas com até quatro casas decimais.



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

- no caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.
- e, entre preços unitários e totais, os primeiros.
- e) Descrição precisa do item.
- f) Declaração que na proposta apresentada estão inclusos todos os custos e as despesas, tais como: impostos, taxas, encargos e transporte para as entregas, ficando esclarecido que não será admitida qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de custos não considerados para elaboração da mesma, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração de encargos fiscais.
- 6.1.2. A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 6.1.3. A marca dos produtos deverá ser obrigatoriamente especificada, idêntica a apresentada no sistema licitações-e, sob pena de **desclassificação**.
- 6.1.4. **Não serão admitidos valores unitários ou totais acima dos apresentados na Planilha de Orçamento Estimativo, bem como quaisquer valores superiores aos informados na proposta eletrônica.**
- 6.1.5. Verificar no **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO IV)** quanto à amostra/catálogo descritivo, **local de entrega dos mesmos**, documentos a serem entregues com as amostras, quando aplicável, além das demais informações nele contidas.
- 6.2. O **prazo de validade da proposta** é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua apresentação.
- 6.3. É de inteira responsabilidade do ofertante o preço e demais condições apresentadas, salvo se no momento da abertura da proposta for alegado erro, e aceito pelo Pregoeiro, o que será registrado em ata, devendo o item ser desconsiderado da proposta.
- 6.4. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.
- 6.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitam com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.
- 6.6. Serão rejeitadas as propostas que:
 - 6.6.1. Forem incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;
 - 6.6.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.
- 6.7. O Município é considerado consumidor final, sendo que o licitante deverá obedecer ao fixado no artigo 155, § 2º, VII, b, da Constituição Federal de 1988.

7. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 7.1. Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 7.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 7.4. Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 7.2 e 7.3 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço.
- 7.5. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. O licitante arrematante deverá apresentar a documentação de habilitação no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, no Departamento de Procedimentos Licitatórios - Seção de Licitações, situada na rua Episcopal, n.º 1575, 3º andar, Centro, São Carlos, SP, CEP 13.560-570, no horário de expediente normal, ou seja, das 08h00min às 17h00min.

8.1.1. Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados rubricados pelo responsável legal da licitante, grampeados em ordem sequencial, entregues em envelope(s) fechado(s) e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por servidor desta Administração, somente sendo realizada mediante cotejo da cópia apresentada com o documento original desde que este esteja perfeitamente legível, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. No(s) envelope(s) deverá haver identificação do número do Pregão Eletrônico e dados da empresa.

8.2. Se o licitante desatender as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade conforme a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.3. Para fins de **habilitação**, deverão ser apresentados os seguintes documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

8.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

8.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante apresentação das seguintes certidões:

8.3.3.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativas a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

8.3.3.1.1. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.

8.3.3.1.2. A certidão a que se refere o caput abrange inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em DAU, conforme portaria conjunta RFB / PGFN nº 1751, de 02 de outubro de 2014.

8.3.3.2. Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda;

8.3.3.3. Certidão Negativa de Débitos Estaduais do domicílio da licitante participante, inscritos em dívida ativa, obtida em SP no site www.dividaativa.pge.sp.gov.br, ou equivalente, de acordo com a legislação fiscal de cada Estado.

8.3.4. Prova de regularidade perante o sistema de Seguridade Social – INSS mediante a apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN – Certidão Positiva com Efeitos de Negativa. (Dispensável no caso de apresentação de certidão conjunta prevista no item 8.3.3.1.)

8.3.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tratando-se de pessoa jurídica, por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

8.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3.7. As microempresas ou empresas de pequeno porte interessadas em participar do certame deverão declarar sua condição nos termos do artigo 11 da Lei Municipal nº 15.247/2010, conforme Anexo III deste edital.

8.3.8. Se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventual Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

8.3.8.1. O prazo assegurado no subitem **8.3.8** terá como termo inicial o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

8.3.8.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem **8.3.8**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no artigo 81, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

8.4. O documento a ser apresentado relativo à **habilitação jurídica** será o seguinte:

8.4.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.5. Os documentos a serem apresentados para **habilitação** relativos à **qualificação técnica** serão os seguintes:

8.5.1. Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, que comprovem a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

8.5.1.1. No Atestado deverão constar, no mínimo, as seguintes especificações: dados completos do fornecedor do atestado (Razão Social, CNPJ, Atividade principal, endereço e telefone, nome legível e cargo de quem assinou o atestado), e ainda Atividade desenvolvida pela empresa proponente.

8.5.2. Declaração de Idoneidade, conforme modelo do Anexo I, que deverá ser preenchido com os dados da empresa nos locais indicados em itálico.

8.6. A documentação relativa à qualificação **econômico-financeira** será composta pelos seguintes documentos:

8.6.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, vedados sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral onde os mesmos foram transcritos, devidamente assinadas pelo contador responsável e por seus sócios, bem como os Termos de Abertura e Encerramento do Diário Geral Registrados na Junta Comercial do Estado ou no Cartório competente. O mesmo se aplica as empresas que mantêm escrituração digital, devendo apresentar, além dos itens mencionados, o recibo de entrega no SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), com a respectiva chave de autenticação.

8.6.1.1. As microempresas individuais, microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES NACIONAL, desobrigadas de manter escrituração contábil, bem como aquelas constituídas há menos de 12 meses **deverão** apresentar balanço simplificado ou balanço de abertura do último exercício social ou do período de sua constituição, devidamente assinado pelo proprietário e por contador competente, sem a formalidade de publicação ou registro, na forma da Resolução nº 1.418/2012 do Conselho Federal de Contabilidade – Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

8.6.1.2. O Balanço patrimonial relativo aos itens anteriores deve conter, no mínimo, Termo de abertura e encerramento, as contas do ativo e do passivo do último exercício fiscal e do anterior, indicação do Patrimônio Líquido, o resultado do exercício (DRE) e eventuais notas explicativas.

8.6.1.3. A única exceção permitida ao item **8.6.1.1** diz respeito ao previsto no artigo 3º do decreto nº 8.538 de 06/10/2015, para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais. Nesta condição, não será exigida a apresentação de balanço patrimonial por estas empresas.

8.6.2. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

8.6.2.1. Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial ou ainda o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital

8.7. Os documentos apresentados deverão ser, **obrigatoriamente**, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.

8.8. Caso a empresa arrematante não comprove sua habilitação será convocado o próximo licitante na ordem de classificação, sendo este notificado por *e-mail* e/ou via licitações-e para que **manifeste seu interesse em 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de desclassificação**. Após a confirmação do interesse, será concedido o



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

mesmo prazo do item 8.1 para entrega da proposta e documentação de habilitação. Se o licitante não se manifestar dentro do prazo fixado, entender-se-á seu não interesse em fornecer.

8.8.1. É de inteira responsabilidade do licitante o cadastro de seus dados no www.licitacoes-e.com.br, inclusive o e-mail que será exclusivamente utilizado para encaminharmos notificações de convocação para os lotes do pregão em questão.

8.8.1.1. Não sendo possível contato via e-mail para encaminharmos notificações, sendo o mesmo cadastrado erroneamente ou ainda não ter sido cadastrado, é de responsabilidade da empresa o acompanhamento da licitação pelo site www.licitacoes-e.com.br.

8.9. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital e transcorrido a fase de análise da documentação, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

8.10. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

8.11. As certidões deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão, considerar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias da data de emissão.

8.12. Os documentos apresentados para habilitação são definitivos, não sendo admissível substituição ou posterior inclusão de documentos, com exceção do disposto no subitem **8.3.8**.

9. DO VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

9.1. O valor máximo fixado para o presente registro de preço é de **R\$ 1.147.409,88 (Um milhão, cento e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e sessenta centavos)**

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

10.1. Impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da licitação.

10.1.1. Caberá à autoridade superior decidir sobre a impugnação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.1.2. Deferida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

10.2. Ao final da sessão pública e **declarado o vencedor**, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões imediatamente, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente. Considerar-se-á o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a expressão imediatamente.

10.2.1. Os recursos deverão ser protocolados perante ao Departamento de Procedimentos Licitatórios - Seção de Licitações, situada na Rua Episcopal, n.º 1575, 3º andar, Centro, São Carlos, SP, CEP 13.560-570, no horário de expediente normal, ou seja, das 8h00min às 18h00min.

10.2.2. As razões de recurso ficarão à disposição dos interessados durante os prazos referidos no item **10.2** no Departamento de Procedimentos Licitatórios - Seção de Licitações.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação ao vencedor do certame.

10.4. Os recursos contra decisões do Pregoeiro referente a habilitação ou inabilitação do licitante e julgamento das propostas terão efeito suspensivo e deverão respeitar os ditames legais previstos no artigo 109, §2º, da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 4º, XVIII a XXI, da Lei Federal n.º 10.520/02 e no Decreto Municipal n.º 151/04.

10.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. Havendo recurso, a autoridade competente apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade máxima competente, o Prefeito Municipal, a decisão em grau final.

10.6.1. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento mediante publicação na imprensa oficial.

10.7. Não serão conhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal, subscrito por representante não habilitado legalmente, ou não identificado no processo para responder pelo proponente.



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

10.8. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública (ou seja, exclui-se a data do certame), exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

11.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará e homologará o objeto ao vencedor, mediante autorização do Sr. Prefeito Municipal, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 49 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.2. Como condição para o fornecimento, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pela Prefeitura Municipal de São Carlos, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste Edital.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente devendo o fornecedor informar o número do banco, da agência e conta bancária, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

12.2. O pagamento devido pelo Município será efetuado em até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor requisitante.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Os recursos financeiros correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

FICHA	DOTAÇÃO	FONTE
1	01.01.04.122.2001.2.001.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
9	01.02.08.244.2002.2.002.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
13	01.02.08.244.2002.2.149.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
19	01.02.08.244.2002.2.150.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
23	01.02.08.244.2002.2.151.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
27	01.02.08.244.2002.2.152.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
31	01.02.08.244.2002.2.153.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
87	08.01.20.605.2008.2.027.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
92	08.02.20.601.2009.2.028.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
95	08.03.08.243.2010.2.030.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
97	08.03.08.244.2011.2.029.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
103	08.03.08.244.2011.2.166.3.3.90.30.01.1000000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
195	10.01.04.131.2012.2.053.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
114	09.02.08.244.2059.2.024.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
126	09.02.08.244.2059.2.033.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
138	09.02.08.244.2060.2.036.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
155	09.02.08.244.2081.2.050.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
176	09.02.08.244.2082.2.047.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
182	09.02.08.244.2083.2.044.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
698	24.01.08.242.2056.2.185.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
255	12.01.12.365.2020.2.065.3.3.90.30.01.2100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
261	12.01.12.365.2021.2.060.3.3.90.30.01.2100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
264	12.01.12.365.2022.2.061.3.3.90.30.01.2200000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
268	12.01.12.365.2023.2.062.3.3.90.30.01.2100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

272	12.01.12.366.2017.2.059.3.3.90.30.01.2200000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
277	12.01.12.367.2016.2.058.3.3.90.30.01.2400000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
284	12.01.12.368.2020.2.025.3.3.90.30.01.2000000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
289	12.02.12.361.2019.2.064.3.3.90.30.01.2200000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
296	12.03.12.365.2018.2.066.3.3.90.30.01.2100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
315	13.01.27.812.2025.2.068.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
322	13.01.27.813.2026.2.067.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
327	13.01.27.813.2027.2.069.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
335	13.03.13.392.2003.2.004.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
338	13.03.13.392.2003.2.005.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
344	13.03.13.392.2003.2.006.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
349	13.03.13.392.2003.2.007.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
354	13.03.13.392.2003.2.008.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
358	13.03.13.392.2003.2.009.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
43	06.01.08.243.2058.2.019.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
48	06.01.08.243.2058.2.021.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
54	06.01.08.243.2058.2.022.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
58	06.01.08.243.2058.2.023.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
759	06.01.08.243.2058.2.173.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
374	14.01.04.123.2028.2.070.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
383	15.01.04.121.2005.2.017.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
391	15.01.04.122.2030.2.071.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
397	15.01.04.122.2030.2.183.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
402	15.01.04.122.2030.2.187.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
406	15.01.04.122.2030.2.188.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
79	07.01.04.122.2007.2.026.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
411	16.01.16.482.2031.2.073.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
203	11.01.19.573.2013.2.056.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
211	11.04.19.573.2014.2.055.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
216	11.07.19.573.2013.2.034.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
220	11.08.18.542.2004.2.016.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
224	11.08.18.542.2004.2.038.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
230	11.08.18.542.2004.2.181.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
242	11.09.18.542.2004.2.038.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
425	17.01.15.451.2032.2.075.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
73	07.01.04.122.2007.2.025.3.3.90.30.01.1100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
574	22.01.10.301.2092.2.025.3.3.90.30.01.3100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
580	22.02.10.301.2050.2.107.3.3.90.30.01.3100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
583	22.02.10.301.2089.2.102.3.3.90.30.01.3100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
586	22.02.10.301.2089.2.113.3.3.90.30.01.3100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
611	22.02.10.301.2089.2.124.3.3.90.30.01.3100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
637	22.02.10.302.2090.2.129.3.3.90.30.01.3100000	FONTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

658	22.02.10.303.2047.2.105.3.3.90.30.01.3100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
660	22.02.10.303.2047.2.186.3.3.90.30.01.3100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
662	22.02.10.304.2091.2.109.3.3.90.30.01.3100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
672	22.02.10.305.2091.2.103.3.3.90.30.01.3100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
448	19.01.04.122.2036.2.080.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
452	19.02.18.541.2034.2.079.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
457	19.03.15.452.2036.2.080.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
464	19.04.15.451.2037.2.082.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
471	19.05.15.452.2035.2.083.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
477	19.05.15.452.2035.2.084.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
484	19.05.15.452.2035.2.085.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
491	19.06.18.541.2038.2.081.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
705	25.01.06.181.2029.2.196.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
712	25.02.06.181.2029.2.154.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
717	25.03.06.181.2029.2.155.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
721	25.03.06.181.2029.2.190.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
726	25.03.06.181.2029.2.191.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
732	25.03.06.182.2029.2.189.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
789	25.04.06.181.2029.2.155.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
498	20.01.04.122.2039.2.094.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
504	20.01.11.334.2015.2.192.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
508	20.01.11.334.2040.2.091.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
513	20.01.11.334.2042.2.088.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
524	20.01.11.334.2042.2.092.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
530	20.01.11.334.2042.2.095.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
538	20.01.23.695.2043.2.089.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
548	21.01.04.122.2045.2.099.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
554	21.02.04.122.2044.2.101.3.3.90.30.01.1100000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)
563	21.03.15.451.2046.2.097.3.3.90.30.01.4600000	FUNTE 01 (TESOURO MUNICIPAL)

14. DO REGISTRO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o procedimento, será outorgado o seu objeto à proposta de MENOR PREÇO POR LOTE.

14.2. O Município de São Carlos convocará o adjudicatário classificado em primeiro lugar para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, após o que, não comparecendo será considerada desclassificada e punida com multa prescrita no subitem 17.1., sendo convocadas a seguir as demais, na mesma ordem de classificação.

14.3. Os licitantes convocados terão o mesmo prazo estabelecido no item 14.2. para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo do quantitativo e o período remanescente da Ata anterior.

14.4. O detentor da Ata não se eximirá das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução dos serviços.

14.5. A existência do preço registrado não obriga o Município de São Carlos a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

14.6. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas no artigo 12 do Decreto Municipal nº 065/2007.



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

14.7. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar a Ata, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto ao preço, ou então, revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no item 17 deste Edital.

14.8. A ata de registro de preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses.

14.9. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo do serviço ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, conforme dispõe o artigo 11 do Decreto Municipal nº 65/07.

14.10. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

14.10.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

14.10.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e serão convocados os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

14.11. Este Edital e todos os demais documentos que compõem seus anexos farão parte integrante da Ata de Registro de Preços independentemente de transcrição.

14.12. A Prefeitura se reserva no direito de registrar em ata os valores das 05 (cinco) primeiras colocadas no certame.

15. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DETENTORA DA ATA

15.1. Os produtos deverão ser entregues em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nos Anexos do presente Edital, sendo que, as especificações ou qualquer outro documento que integre o presente processo administrativo são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

15.2. É de responsabilidade da empresa substituir os produtos impugnados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da impugnação.

15.3. A fiscalização terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, o fornecimento do produto, total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente.

15.4. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua detentora fica obrigada a fornecer os produtos, na forma solicitada na “Ordem de Fornecimento”.

15.5. Os quantitativos totais são estimados e representam as previsões do Município de São Carlos durante o prazo de 12 (doze) meses.

16. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO PARTICIPANTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. O Município designa como ÓRGÃO GERENCIADOR da Ata de Registro de Preço a Secretaria Municipal de Transporte e Transito, que terá a incumbência de gerenciamento da Ata de Registro de Preços, conforme artigo 1º, parágrafo único, inciso III, do Decreto Municipal nº. 065 de 14 de março de 2007 e suas alterações posteriores, cabendo, contudo, à Equipe de Apoio ao Pregão Eletrônico a condução do conjunto de procedimentos do certame para o registro de preços.

16.2. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços – SRP, e ainda os atos previstos no artigo 3º, §2º, do Decreto Municipal nº. 065/07, em especial:

16.2.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

16.2.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

16.3. Fica fixado como órgão participante do Registro de Preços, conforme artigo 1º, inciso IV, do Decreto Municipal nº. 065/07 e suas alterações posteriores, a Secretaria Municipal de Transporte e Transito.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante que deixar de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar com as entregas, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

17.2. O licitante sujeitar-se-á, ainda, às sanções administrativas de:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Municipal, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em especial na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Fornecimento ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Fornecimento;

d) declaração de inidoneidade;

17.2.1. As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual;

17.3. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

17.4. Ocorrendo atraso no fornecimento do produto será aplicada multa moratória de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de **20%** (vinte por cento) sobre o valor total do pedido.

17.5. No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias, poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado.

17.6. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do Município.

17.7. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, exceto nos casos em que a sanção for estabelecida com base no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizada, onde há prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa pelo interessado, a contar da abertura de vista do respectivo processo, nos termos do artigo 87, §3º da mesma lei.

17.8. Da aplicação da sanção administrativa caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação do apenado.

17.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, a empresa licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

17.10. No caso de ocorrência de uma ou todas as hipóteses discriminadas no subitem 17.1, a Administração poderá contratar a licitante segundo classificada, desde que atendidas às exigências de habilitação, devendo o Pregoeiro negociar o preço ofertado a fim de que seja obtido melhor preço, observando-se o prazo recursal nos itens anteriores.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. O proponente vencedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução da obrigação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

18.2. As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.3. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.4. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis.

18.5. A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas descabendo, em tais casos, direito à indenização pelos licitantes.

18.6. A participação na presente licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas.

18.7. A autoridade competente, para determinar a contratação, poderá revogar a licitação, mediante autorização do Sr. Prefeito Municipal, em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.8. Fica a Contratada obrigada a cumprir os direitos trabalhistas previstos na legislação em vigor, pertencentes aos trabalhadores que vierem a ser utilizados para a execução do objeto do contrato, sob pena de suspensão temporária do direito de contratar com o Município, bem como, a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, caso esta esteja em situação de mora salarial, conforme Termo de Ajustamento de Conduta, firmado com o Ministério Público do Trabalho, nos autos do Inquérito nº 000647.2013.15.003/7-51.



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

"São Carlos, Capital da Tecnologia"

18.9. Fica eleito o FORO da COMARCA DE SÃO CARLOS SP, excluindo qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar, para dirimirem-se eventuais litígios oriundos

São Carlos, 20 de setembro de 2019.

MÁRIO LUIZ DUARTE ANTUNES
Secretário Municipal de Fazenda

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARAÇÃO



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

A Empresa (indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá prestar o objeto da licitação, endereço completo, telefone, fac-símile e endereço eletrônico - e-mail, este último se houver, para contato, número da conta corrente bancária, agência e banco, sendo que os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase de contratação), em atendimento às disposições do Edital de Pregão Eletrônico nº. 067/2019, **DECLARA:**

- 1) Que tem pleno conhecimento e concorda com os termos deste Edital e seus Anexos;
- 2) Que os preços propostos são completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os objetos licitados, constantes da proposta;
- 3) Que o prazo de validade da proposta é de 120 (cento e vinte) dias, a contar da abertura deste Pregão;
- 4) Que tem ciência dos prazos de entrega estabelecidos no Edital.
- 5) Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- 6) Que não está impedida de licitar com o poder público por ter sido apenas declarada com declaração de inidoneidade, por qualquer ente da Administração Pública, cujos efeitos se encontrem pendentes ou sem que tenha sido reabilitada perante a autoridade que aplicou a penalidade.

São Carlos ____ de ____ de 2019.

Assinatura

ANEXO II – ANEXOS DO TCE (em atendimento à Instrução nº 02/2016)

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____
ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

"São Carlos, Capital da Tecnologia"

Nome e cargo: Airton Garcia Ferreira – Prefeito Municipal

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Telefone(s): _____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional: airton.garcia@saocarlos.sp.gov.br

E-mail pessoal: airtongarciaferreira@gmail.com

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Este anexo consta deste Edital para ciência dos licitantes. Será exigido apenas dos licitantes vencedores das licitações, por ocasião da assinatura das Atas de Registro de Preços ou Contratos. Não é necessária sua apresentação junto aos demais documentos de habilitação.

ANEXO LC-02 - CADASTRO DO RESPONSÁVEL



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATADA:

CONTRATO N°(DE ORIGEM):

OBJETO:

Nome	
Cargo	
RG n°	
CPF n°	
Endereço (*)	
Telefone	
E-mail Institucional	
E-mail pessoal (*)	

(*) Não deve ser o endereço/e-mail do Órgão e/ou Poder. Deve ser o endereço/e-mail onde poderá ser encontrado(a), caso não esteja mais exercendo o mandato ou cargo.

Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP

Nome	Iandra Corsini José
Cargo	Contadora
Endereço Comercial do Órgão/Setor	Rua Episcopal, 1.575 – 1º andar – Centro – São Carlos
Telefone e Fax	(16) 3362-1187
E-mail Institucional	iandra.jose@saocarlos.sp.gov.br

LOCAL e DATA: São Carlos, de de 2019

RESPONSÁVEL:

e-mail: airtongarciaferreira@gmail.com

Airton Garcia Ferreira

Prefeito Municipal

Este anexo consta deste Edital para ciência dos licitantes. Será exigido apenas dos licitantes vencedores das licitações, por ocasião da assinatura das Atas de Registro de Preços ou Contratos. Não é necessária sua apresentação junto aos demais documentos de habilitação.

ANEXO LC-03 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CNPJ Nº: **45.358.249/0001-01**

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

RESPONSÁVEL:

e-mail: airtongarciaferreira@gmail.com

Airton Garcia Ferreira

Prefeito Municipal

Este anexo consta deste Edital para ciência dos licitantes. Será exigido apenas dos licitantes vencedores das licitações, por ocasião da assinatura das Atas de Registro de Preços ou Contratos. Não é necessária sua apresentação junto aos demais documentos de habilitação.

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

(EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº _____, e inscrição estadual nº _____, com sede à (ENDEREÇO), neste ato representada por (NOME), profissão, portador do RG nº _____, do CPF nº _____, vem em atenção ao edital do Pregão Eletrônico n.º 067/2019, declara expressamente, sob as penas da Lei (art. 299 CP), conheço integralmente a Lei Complementar 123/06 e encontro-me legalmente apto a exercer os benefícios de que trata o Capítulo V da Lei, tendo receita bruta compatível com o que preconizam os incisos I e II do art. 3º e não incidindo em nenhum dos impedimentos de que trata o §4º do mesmo artigo.

Atenciosamente,

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA

1. Trata-se de termo de referencia visando o registro de preços para EVENTUAL aquisição de pneus, protetores



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

e câmaras para de acordo com a necessidade dos veículos da frota da Prefeitura Municipal de São Carlos, por um período de 12 (doze) meses.

2. A proposta apresentada para o certame deverá constar OBRIGATORIAMENTE a Marca ofertada juntamente com a Certificação do Inmetro para o produto;

3. Os produtos deverão ser **NOVOS E ORIGINAIS**. Não serão aceitos pneus tipo **remold, recapados, recauchutados, reformados, remanufaturados**, ou que tenham sofrido quaisquer outros processos de recondição.

4. Contados a partir da data de entrega, os produtos deverão possuir garantia de cinco anos, contra quaisquer defeitos de fabricação;

5. Poderão ser fornecidos pneus que possuam índice de carga e índice de velocidade superior às inicialmente indicadas, respeitadas as demais especificações requeridas mediante autorização expressa, a ser emitida pela Secretaria de Transporte e Trânsito.

6. A Secretaria de Transporte e Trânsito se reserva no direito de fazer análise do material fornecido, para controle de qualidade, a fim de observar os padrões acima exigidos.

7. Ocorrendo reprovação na conferência, inspeção, teste ou análise, se reserva no direito de devolver os produtos, ficando por conta do fornecedor todas as despesas recorrentes.

8. O fornecimento será efetuado **de acordo com a necessidade do órgão**, em no máximo **15 (quinze) dias**, contando este prazo do envio da ordem de fornecimento, no email indicado pela empresa. As entregas deverão estar em conformidade com a especificação proposta durante todo certame licitatório.

9. O material deverá ser **entregue na Garagem Municipal localizada na Av. Salgado Filho, nº400, Vila Marina, São Carlos-SP de segunda a sexta feira das 7h00min às 16h00min, telefone: (16) 3361-1591 (excetuam-se das datas de entrega os feriados e pontos facultativos)**.

10. O pagamento será feito somente após a entrega dos materiais, através do ateste do servidor responsável pelo setor de manutenção da frota e ciência do Secretário responsável pelo veículo, bem como demais ações previstas na legislação pertinente;

11. Caso algum material não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, a empresa deverá providenciar sua reposição, no prazo de **03 (três) dias**, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor;

11.1. A empresa vencedora do certame obriga-se a:

a) Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado no item **1.9**, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal que deverá constar o detalhadamente do material entregue, dentre eles a marca, fabricante e medidas;

b) Os pneus entregues deverão obrigatoriamente estar acompanhados do manual do usuário (com uma versão em português no caso de pneu importado), a relação da rede de assistência técnica autorizada e o termo de garantia assinado por responsável técnico;

c) A empresa será responsabilizada pelos vícios e danos causados em decorrência do produto entregue, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), além da obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo máximo de **03 (três) dias**, o produto com avarias ou defeitos;



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede ao prazo final da entrega estabelecido no item 1.8, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, ficando a critério da administração a penalização ou não de tal atraso;
- e) Manter, durante toda a execução da ata a compatibilidade das obrigações assumidas bem como todas as condições de habilitação e qualificação informadas na homologação do certame;
- f) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer fornecimento a que está obrigada;
- g) Cabe a empresa a responsabilidade pelas despesas de tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da presente Ata;
- h) Indicar preposto para tratar de assuntos entre a Prefeitura Municipal de São Carlos e a empresa vencedora do certame, no ato da assinatura da Ata de Registro de preços, sendo que o documento apresentado deverá constar as seguintes informações: telefone fixo e email. O email informado será o canal utilizado para o envio/recebimento das ordens de serviço, autorização de fornecimento e possíveis comunicações relacionadas ao fornecimento do objeto do presente termo de referência.
- i) Informar no campo de observação da nota fiscal OBRIGATORIAMENTE as seguintes informações: Ordem de Serviço, Prefixo, Placa, Número de Empenho e Autorização de Fornecimento.

11.2. A Contratante obriga-se a:

- a) Receber provisoriamente o material, no local indicado no item 9.;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

ANEXO V - DOS LOTES

COTA RESERVADA DE ATÉ 25% DESTINADA PARA AS EMPRESAS BENEFICIÁRIAS DAS PRERROGATIVAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

VEÍCULO LEVE						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/ PROCEDIMENTO	UNID	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR MÉDIO TOTAL
1	1	175/65 R14	UN	20	228,85	R\$ 4.577,00
	2	175/65 R15	UN	8	379,29	R\$ 3.034,32
	3	175/70 R13	UN	142	208,25	R\$ 29.571,50
	4	175/70 R14	UN	56	254,81	R\$ 14.269,36
	5	185 R14	UN	100	326,29	R\$ 32.629,00
	6	185/60 R14	UN	24	264,31	R\$ 6.343,44
	7	185/60 R15	UN	16	273,46	R\$ 4.375,36
	8	185/65 R14	UN	8	298,09	R\$ 2.384,72
	9	185/65 R15	UN	144	289,20	R\$ 41.644,80
	10	185/70 R14	UN	20	253,14	R\$ 5.062,80
	11	195/65 R15	UN	100	318,66	R\$ 31.866,00
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$ 175.758,30

MOTOCICLETA						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/ PROCEDIMENTO	UNID	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR MÉDIO TOTAL
2	1	DIANTEIRO 2.75-18	UN	4	90,89	R\$ 363,56
	2	DIANTEIRO 80/100 18 M/C 47P	UN	2	117,12	R\$ 234,24
	3	DIANTEIRO 90/90-19	UN	10	158,37	R\$ 1.583,70
	4	DIANTEIRO 90/90-21	UN	10	165,95	R\$ 1.659,50
	5	DIANTEIRO 110/70-17	UN	16	165,22	R\$ 2.643,52
	6	DIANTEIRO 120/70-17	UN	4	339,00	R\$ 1.356,00
	7	TRASEIRO 90/90-18	UN	2	151,33	R\$ 302,66
	8	TRASEIRO 110/90-17	UN	10	185,55	R\$ 1.855,50
	9	TRASEIRO 120/80-18	UN	10	199,44	R\$ 1.994,40
	10	TRASEIRO 140/70-17	UN	16	208,95	R\$ 3.343,20
	11	TRASEIRO 160/60-17	UN	4	402,00	R\$ 1.608,00
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$ 16.944,28

CÂMARAS						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/ PROCEDIMENTO	UNID	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR MÉDIO TOTAL



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

"São Carlos, Capital da Tecnologia"

3	5	1000/20	U N	65	94,52	R\$ 6.143,80
	6	1400x24	U N	60	215,06	R\$ 12.903,60
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$ 19.047,40

TOTAL DA COTA RESERVADA: R\$ 211.749,98 (Duzentos e onze mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos)

COTA PRINCIPAL DESTINADA A AMPLA CONCORRÊNCIA

MAQUINARIO						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/ PROCEDIMENTO	UNID	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR MÉDIO TOTAL
4	1	1400 X 24 - G2/L2* - 20 lonas	U N	10	R\$ 5.537,68	R\$ 55.376,80
	2	17,5 X 24 - E3/L3 - 20 lonas	U N	4	R\$ 7.024,36	R\$ 28.097,44
	3	17,5 X 25 - E3/L3 - 16 lonas	U N	4	R\$ 3.597,73	R\$ 14.390,92
	4	19,5 X 24 - 12 lonas	U N	2	R\$ 2.744,81	R\$ 5.489,62
	5	20,5 X 25 - G3/L3- 16 lonas	U N	4	R\$ 6.708,89	R\$ 26.835,56
	6	10.5/65 R16 - 14 lonas	U N	4	R\$ 836,13	R\$ 3.344,52
	7	11L /16 sl 16 lonas	U N	2	R\$ 1.435,99	R\$ 2.871,98
	8	18.4.30 - 12 lonas	U N	6	R\$ 3.647,13	R\$ 21.882,78
	9	12.4.24 - 08 lonas	U N	6	R\$ 1.473,94	R\$ 8.843,64
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$ 167.133,26

CAMINHÃO						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/ PROCEDIMENTO	UNID	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR MÉDIO TOTAL
5	1	1000/20 radial -16 lonas - borrachudo	U N	30	R\$ 1.689,07	R\$ 50.672,10
	2	1000/20 radial -16 lonas - liso	U N	24	R\$ 1.479,70	R\$ 35.512,80
	3	275/80 R22,5 -16 lonas - borrachudo	U N	68	R\$ 1.749,16	R\$ 118.942,88
	4	275/80 R22,5 -16 lonas - liso	U N	48	R\$ 1.510,47	R\$ 72.502,56
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$ 277.630,34

ÔNIBUS						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/ PROCEDIMENTO	UNID	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR MÉDIO TOTAL



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

6	1	1000/20-16 lonas - borrachudo	U N	16	R\$ 1.386,36	R\$ 22.181,76
	2	1000/20-16 lonas - liso	U N	16	R\$ 1.153,95	R\$ 18.463,20
	3	215/75 R17,5- 12 lonas - borrachudo	U N	54	R\$ 927,00	R\$ 50.058,00
	4	215/75 R17,5- 12 lonas - liso	U N	32	R\$ 735,98	R\$ 23.551,36
	5	275/80 R22,5- borrachudo	U N	32	R\$ 1.679,76	R\$ 53.752,32
	6	275/80 R22,5- liso	U N	32	R\$ 1.392,32	R\$ 44.554,24
	7	9.00 R20- radial borrachudo	U N	16	R\$ 1.650,00	R\$ 26.400,00
	8	9.00 R20- radial liso	U N	16	R\$ 1.440,05	R\$ 23.040,80
	9	7.00 R16- radial borrachudo	U N	10	R\$ 1.042,00	R\$ 10.420,00
	10	7.00 R16- radial liso	U N	10	R\$ 958,75	R\$ 9.587,50
						R\$ 282.009,18

UTILITÁRIOS PESADOS						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/ PROCEDIMENTO	UNID	QTDE.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR MÉDIO TOTAL
7	1	195 R14	U N	16	R\$ 520,20	R\$ 8.323,20
	2	205/55 R16	U N	10	R\$ 283,14	R\$ 2.831,40
	3	205/60 R15	U N	10	R\$ 327,62	R\$ 3.276,20
	4	205/75 R14	U N	10	R\$ 443,40	R\$ 4.434,00
	5	205/70 R15- 08 lonas	U N	72	R\$ 436,13	R\$ 31.401,36
	6	205/75 R16	U N	72	R\$ 468,69	R\$ 33.745,68
	7	215/65 R16	U N	24	R\$ 399,32	R\$ 9.583,68
	8	225/45 R17	U N	8	R\$ 380,91	R\$ 3.047,28
	9	225/65 R16	U N	48	R\$ 626,66	R\$ 30.079,68
	10	225/75 R15	U N	16	R\$ 510,79	R\$ 8.172,64
	11	225/75 R16	U N	60	R\$ 634,46	R\$ 38.067,60
	12	245/70 R16	U N	36	R\$ 565,41	R\$ 20.354,76
	13	255/70 R16	U N	12	R\$ 589,87	R\$ 7.078,44
	14	265/65 R17 - radial	U N	12	R\$ 707,60	R\$ 8.491,20
						R\$ 208.887,12

VALOR TOTAL DA COTA PRINCIPAL: R\$ 935.659,90 (Novecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e noventa centavos)

VALOR TOTAL DESTA LICITAÇÃO: R\$ 1.147.409,88 (Um milhão, cento e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e sessenta centavos)

ANEXO VI – MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO N.º ____ / 2019

Pregão Eletrônico N.º 067/2019



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 28123/2018

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Transporte e Transito

EMPENHO N.º _____

EMPRESA: _____.

Autorizamos a aquisição de _____.

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:

1. Os produtos deverão ser **NOVOS E ORIGINAIS**. Não serão aceitos pneus tipo **remold, recapados, recauchutados, reformados, remanufaturados**, ou que tenham sofrido quaisquer outros processos de recondicionamento.
2. Contados a partir da data de entrega, os produtos deverão possuir garantia de cinco anos, contra quaisquer defeitos de fabricação;
3. A Secretaria de Transporte e Trânsito se reserva no direito de fazer análise do material fornecido, para controle de qualidade, a fim de observar os padrões acima exigidos. Ocorrendo reprovação na conferência, inspeção, teste ou análise, se reserva no direito de devolver os produtos, ficando por conta do fornecedor todas as despesas recorrentes.
4. O fornecimento será efetuado **de acordo com a necessidade do órgão**, em no máximo **15 (quinze) dias**, contando este prazo do envio da ordem de fornecimento, no e-mail indicado pela empresa. As entregas deverão estar em conformidade com a especificação proposta durante todo certame licitatório.
5. O material deverá ser **entregue na Garagem Municipal localizada na Av. Salgado Filho, nº400, Vila Marina, São Carlos-SP de segunda a sexta feira das 7h00min às 16h00min, telefone: (16) 3361-1591 (excetua-se das datas de entrega os feriados e pontos facultativos)**.
6. O pagamento devido pelo Município será efetuado em até 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor requisitante e ciência do Secretário responsável pelo veículo, bem como demais ações previstas na legislação pertinente;
7. Caso algum material não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, a empresa deverá providenciar sua reposição, no prazo de **03 (três) dias**, visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor;
8. Comunicar à Administração, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede ao prazo final da entrega estabelecido no item 1.8, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, ficando a critério da administração a penalização ou não de tal atraso;
9. A licitante CONTRATADA deverá cumprir os direitos trabalhistas previstos na legislação vigente, pertencentes aos trabalhadores que vierem a ser utilizados para a execução do objeto do Edital, sob pena de suspensão temporária do direito de contratar com o Município, bem como, a retenção dos pagamentos devidos, caso esteja em situação de mora salarial, conforme Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, firmado entre a CONTRATANTE e o Ministério Público do Trabalho, nos autos do Inquérito nº 000647.2013.15.003/7-51.
10. Nas notas fiscais emitidas deverá constar o número desta licitação e da ata de registro de preços, obrigatoriamente.

São Carlos, ___ de _____ de 2019.

Secretaria Municipal de Transporte e Transito

ANEXO VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ____/____



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações

Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 28123/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 067/2019

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Transporte e Transito

Aos ___ dias do mês de _____ do ano de 2019, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, situado à Rua Episcopal, nº 1.575, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 45.358.249/0001-01 devidamente representada neste ato pelo _____, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, situada à _____, nº. _____, _____, CEP _____, por seu representante legal, _____, portador do RG nº _____ e CPF _____, residente e domiciliado na _____, nº. _____, apto _____, _____, CEP _____, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal n.º 065/2007 e do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, parte integrante do presente instrumento independentemente de transcrição, o Contratação de empresa para **registro de preços para EVENTUAL aquisição de pneus, protetores e câmaras para de acordo com a necessidade dos veículos da frota da Prefeitura Municipal de São Carlos, por um período de 12 (doze) meses**, constantes nos anexos que acompanham o Edital, nas condições abaixo.

Lote	Item	Produto	unidade	Quantidade	Média Preço Unitário	Preço Total
1						

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante que deixar de entregar quaisquer documentos exigidos no Edital ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar a Ata, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

O licitante sujeitar-se-á, ainda, às sanções administrativas de:

- advertência;
- multa;
- suspensão temporária do direito de licitar com a Administração Pública Municipal, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em especial na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Fornecimento ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Fornecimento;
- declaração de inidoneidade;

As sanções de suspensão e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão da Ata;

As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

Ocorrendo atraso na execução do objeto contratado será aplicada multa moratória de **0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de **20%** (vinte por cento) sobre o valor total do pedido.

No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias/contratuais, poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado.

A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do Município.



Prefeitura Municipal de São Carlos

Equipe de Apoio ao Sistema Informatizado de Licitações Pregão Eletrônico

“São Carlos, Capital da Tecnologia”

Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, exceto nos casos em que a sanção for estabelecida com base no inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente atualizada, onde há prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa pelo interessado, a contar da abertura de vista do respectivo processo, nos termos do artigo 87, §3º da mesma lei.

Da aplicação da sanção administrativa caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação do apenado.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, a empresa licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

Fica a Contratada obrigada a dar cumprimento aos direitos trabalhistas previstos na legislação em vigor e em normas coletivas pertencentes aos trabalhadores que vierem a ser utilizados para a execução do objeto contratado, empregados das contratadas e também de quaisquer subcontratadas, e, em caso de descumprimento ficará sujeita necessariamente à denegação do contrato e retenção dos pagamentos devidos se em mora salarial (atraso no pagamento e/ou das verbas rescisórias).

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da sua data de assinatura.

São Carlos, de de 2019.

Contratante
Testemunha

Adjudicatário
Testemunha